



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos. Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com larga margem de segurança. Os direitos dos clientes, representados pelas reservas técnicas, no valor R\$ 478.166 mil estão devidamente garantidos por aplicações financeiras totais de R\$ 580.783 mil das quais R\$ 574.200 mil foram oferecidas em cobertura das reservas técnicas com um excedente de cobertura de R\$ 96.034 mil e apresentam um montante de R\$ 6.583 mil em reservas livres, o que demonstra capacidade financeira para a Empresa manter até o vencimento as aplicações financeiras marcadas nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 464/13.

Distribuição de Lucros e Dividendos
De acordo com o estatuto social, a distribuição de lucros e de dividendos fica à disposição da Assembleia Geral, que dará a destinação que lhe convier respeitada as normas legais aplicáveis. Do resultado do exercício apurado foi disponibilizado aos acionistas o montante de R\$ 16.024 mil de dividendos antecipados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Empresa e R\$ 16.921 mil a título de Juros Sobre o Capital Próprio.

Perspectivas e Planos da Administração

A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos. A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos como funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão.

Outras Informações
Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas ou qualquer alteração do controle acionário.

Agradecimentos
Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2013	2012
Circulante		640.303	633.077
Disponível		105	247
Caixa e bancos	4	105	247
Aplicações	5	580.783	583.113
Créditos das operações de capitalização		47.411	34.041
Créditos das operações de capitalização	6-a	47.411	34.041
Títulos e créditos a receber	7	9.787	13.056
Títulos e créditos a receber		6.925	9.744
Créditos tributários e previdenciários	8	2.423	3.042
Outros créditos	9	439	270
Despesas antecipadas	10	2.217	2.620
Ativo não circulante		476.591	410.513
Realizável a longo prazo		397.396	399.293
Títulos e créditos a receber		156.339	152.079
Créditos tributários e previdenciários	8	125.076	119.016
Depósitos judiciais e fiscais	18	20.022	15.836
Outros créditos operacionais	11	11.241	17.227
Outros valores e bens	12	241.057	247.214
Participações societárias	13	71.194	3.155
Participações societárias		3.157	3.148
Imóveis destinados à renda		68.030	-
Outros investimentos		7	7
Imobilizado	14	7.956	7.993
Imóveis de uso próprio		6.208	6.208
Bens móveis		865	669
Outras imobilizações		883	1.116
Intangível		45	72
Outros intangíveis		45	72
		1.116.894	1.043.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)			
Passivo	Nota	2013	2012
Circulante		506.674	496.751
Contas a pagar		16.058	20.842
Obrigações a pagar	15	11.169	16.237
Impostos e encargos sociais a recolher		3.135	2.580
Encargos trabalhistas		1.632	1.480
Impostos e contribuições		46	485
Outras contas a pagar		76	60
Débitos de operações com capitalização		7.247	5.542
Débitos operacionais	16	7.247	5.542
Depósitos de terceiros		1	6
Provisões técnicas - Capitalização	17	478.166	466.329
Provisão para resgates		419.145	395.396
Provisão para sorteio		38.638	43.551
Outras provisões		20.383	27.382
Outros débitos		5.202	4.032
Débitos diversos	18-g	5.202	4.032
Passivo não circulante		306.383	251.290
Contas a pagar		1.374	1.229
Tributos diferidos		1.374	1.229
Outros débitos		245.274	204.609
Provisões judiciais	18	245.274	204.609
Débitos diversos	18-f-g	59.735	45.452
Patrimônio líquido	19	303.837	295.549
Capital social		273.323	273.323
Reservas de capital		557	557
Reservas de lucros		29.957	21.669
		1.116.894	1.043.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2011	Reservas de Lucros		Dividendo adicional proposto	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Capital				
273.323	557	2.803	23.089	609	-	300.381
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(609)	-	(609)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	43.867	43.867
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	18.866	(23.089)	(43.867)	(48.090)
Reserva legal	-	-	2.193	-	(2.193)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	16.673	-	(16.673)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(16.500)	(16.500)
Dividendo adicional proposto	-	-	(23.089)	-	(8.501)	(31.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	273.323	557	21.669	-	-	295.549
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	41.233	41.233
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	8.288	-	(41.233)	(32.945)
Reserva legal	-	-	2.062	-	(2.062)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	6.226	-	(6.226)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(16.921)	(16.921)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(16.024)	(16.024)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	273.323	557	29.957	-	-	303.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. **Contexto operacional**
A Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo, opera na colocação de títulos de capitalização denominados "Tele Sena". O controlador em última instância é o Sr. Senor Abravanel. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de distribuidores em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuais. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Composição acionária

Participações S.A.	Senor Abravanel	Henrique Abravanel	Total
Quantidade de ações	% de ações	Quantidade de ações	% de ações
Silvio Santos Participações S.A.	853.823 97,00%	26.417 3,00%	880.240 100,00%
Liderança Capitalização S.A.	288.137 93,30%	20.703 6,70%	308.840 100,00%

2. **Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**
As demonstrações financeiras foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 464/13.

Os saldos abaixo demonstrados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão sendo reapresentados para fins de comparação, em razão da compensação dos ativos fiscais correntes com os passivos fiscais correntes, decorrente de direito legalmente executável da Empresa de compensação; reclassificação da receita com prescrição de exigibilidade decorrente da prescrição do direito de resgates e prêmios em atendimento às normas estipuladas pela Circular SUSEP nº 464/13.

Balanco patrimonial

	Saldos anteriormente divulgados	Reclassificações	Saldos reclassificados
Ativo			
Circulante			
Créditos tributários e previdenciários	18.478	(15.436)	3.042
Demais ativos	630.035	-	630.035
Ativo não circulante	410.513	-	410.513
Total do ativo	1.059.026	(15.436)	1.043.590
Passivo			
Circulante			
Impostos e contribuições	15.921	(15.436)	485
Demais passivos	496.266	-	496.266
Passivo não circulante	251.290	-	251.290
Patrimônio líquido	295.549	-	295.549
Total do passivo	1.059.026	(15.436)	1.043.590
Demonstração de resultados			
Saldos anteriormente divulgados			
Receita líquida com títulos de capitalização	198.642	(24.260)	174.382
Varição da provisão para resgate	(152.065)	(24.260)	(176.325)
Resultado com sorteios	(12.220)	(4.534)	(16.754)
Outras receitas e despesas operacionais	(188)	28.794	28.606
Outras receitas operacionais	14	28.794	28.808
A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2014.			

a. **Revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.**

Valor justo
Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" e "disponíveis para venda" são ajustados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

d. **Créditos das operações de capitalização**
Registramos o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos distribuidores durante o seu período de comercialização.

e. **Despesas antecipadas**
Comprende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço.

f. **Outros ativos**
Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata di. Conforme Notas Explicativas nº 22-e-f-g, o valor a receber originado da venda de investimentos está apresentado a valor presente.

g. **Investimentos e imobilizado**
Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada, exceto quanto às participações societárias em coligadas e controladas que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

Bens móveis	Anos
Outras imobilizações	5 a 10
Outros investimentos	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício.

Imóveis de uso próprio compreendem, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor de mercado dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação.

Imóveis destinados à renda corresponde ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação de pagamento parcial da dívida, conforme Nota explicativa nº 22-f, no montante de R\$ 68.030 mensurado pelo seu valor justo, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota explicativa nº 13-b.

h. **Passivo circulante e não circulante**
Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

i. **Imposto de renda e contribuição social**
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no exercício de 2013, pelo regime de tributação pelo lucro real trimestral (lucro real anual em 2012). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

j. **Provisões judiciais**
As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

k. **Provisões técnicas**
São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP a seguir descritas:
• **Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização "Tele Sena", atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,08% ao ano, com prazo de vencimento de um ano.
A Empresa adotou a faculdade prevista no Inciso I do Art. 4º da Circular SUSEP nº 459/12 e alterações posteriores, preservando assim a taxa de juros aplicada aos títulos comercializados até a data da publicação da referida Circular equivalentes a 20% dos juros aplicados às cadernetas de poupança.
• **Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização "Tele Sena" e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.
• **Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
• **Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.

l. **Provisão para despesas administrativas (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização "Tele Sena", definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como "outras provisões".

Fundos de renda fixa abertos	2013		2012	
	Saldo em 2012	Aplicações	Resgates	Rendimentos
Administrador				
Caixa Econômica Federal	48.060	113.196	(122.954)	37.605
Total	48.060	44.783	3.666	-
Fundos exclusivos de títulos públicos				
Administrador				
Caixa Econômica Federal	88.793	186.000	(223.355)	3.666
Banco Bradesco S/A	417.688	299.196	(346.309)	44.783
Total	506.481	478.634	47.172	(1.016)
CDB - Certificados de depósitos bancários				
Instituição emissora				
Banco Bradesco S/A	-	-	-	26.599
Caixa Econômica Federal	26.242	299.196	(346.309)	33.332
Total	26.242	59.931	5.865	59.931
Movimentação das aplicações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012				
Fundos de renda fixa abertos				
Fundos exclusivos de títulos públicos	478.634	113.196	(122.954)	37.605
CDB - Certificados de depósitos bancários	59.931	186.000	(223.355)	3.666
Total	583.113	299.196	(346.309)	44.783
Fundos de renda fixa abertos				
Fundos exclusivos de títulos públicos	41.125	-	-	3.423
CDB - Certificados de depósitos bancários	404.536	507.870	(470.640)	37.884
Total	445.661	507.870	(470.640)	41.307
Aplicações financeiras - Recursos livres				
Aplicações financeiras vinculadas a cobertura de reservas				
Quotas de fundos de investimentos	547.958	-	-	481.802
Certificados de depósitos bancários	26.242	-	-	25.199
Total vinculado	574.200	-	-	507.001
Aplicações financeiras livres				
Quotas de fundos de investimentos	6.583	41.380	-	34.732
Certificados de depósitos bancários	59.931	-	-	59.931
Total de aplicações livres	62.514	41.380	-	94.663
Total	583.113	574.200	(470.640)	583.113
Provisões Técnicas (Nota 17)	478.166	-	-	466.329
Aplicações financeiras - Recursos livres	102.617	116.784	47.172	116.784
Excesso de cobertura	96.034	-	-	40.672
Aplicações financeiras livres	6.583	41.380	-	


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)
8. Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2013	2012
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar.....	1.895	2.591
Créditos de contribuição social a compensar.....	412	412
Outros.....	116	39
	2.423	3.042
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda.....	75.339	74.385
Contribuição social.....	45.203	44.631
	120.542	119.016
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal (b)		
Imposto de renda.....	2.834	-
Contribuição social.....	1.700	-
	4.534	-
	125.076	119.016

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 18) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Notas 22-e-f-g). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2013			2012		
	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social
Diferenças temporárias						
COFINS.....	219.875	54.969	32.981	168.456	42.114	25.269
PIS.....	5.742	1.436	861	8.089	2.023	1.213
Processos cíveis a pagar.....	7.598	1.899	1.140	2.066	516	310
Processos trabalhistas a pagar..	3.467	867	520	2.539	635	381
AVP - Ajuste a valor presente (Notas 11 e 12)	60.777	15.194	9.116	104.113	26.028	15.617
Atualização monetária contingências CSLL.....	-	-	-	10.508	2.627	1.576
Provisão de honorários de êxito (Nota 18-f).....	3.897	974	585	1.768	442	265
	301.356	75.339	45.203	297.539	74.385	44.631

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A Empresa apurou o montante de R\$ 11.334 referente a prejuízos fiscais e base negativa da

13. Investimentos

	Lider Art's Comunicação Ltda. (a)		Hotel Jequitimar Ltda.		RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.		Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio (b)		Outros		2013	2012
Capital social.....	100	100	8.067	8.067	24.977	24.977	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido.....	125	125	1.024	1.024	21.453	21.453	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	942	942	5.700	5.700	3.530.220	3.530.220	-	-	-	-	-	-
Número de quotas possuídas.....	99,00%	99,00%	0,07%	0,07%	14,13%	14,13%	-	-	-	-	-	-
Participação societária.....	115	115	-	-	3.033	3.033	-	-	7	3.155	3.132	-
Saldo dos investimentos no início do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	68.030	68.030	-	-
Aquisição de investimentos (b).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial.....	998	998	1	1	-	-	-	-	999	469	-	-
Dividendos.....	(990)	(990)	-	-	-	-	-	-	(990)	(446)	-	-
Saldo dos investimentos no final do exercício.....	123	123	1	1	3.033	3.033	68.030	68.030	7	71.194	3.155	-

(a) A investida Lider Art's foi constituída em maio de 2011 com o objetivo de prestação de serviços de colocação de comerciais em canais de televisão, principalmente para a Empresa. Em decorrência da irrelevância dos valores registrados nas demonstrações financeiras dessa controlada, não estão sendo apresentadas demonstrações consolidadas. Abaixo um resumo do balanço e da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013: **Balanco patrimonial**

	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante.....	3.106	678	2.986	116
Disponível.....	5	12	2.986	116
Caixa e bancos.....	5	12	2.986	116
Aplicações.....	3.083	428	613	105
Clientes.....	-	91	-	11
Títulos e créditos a receber.....	-	146	7	-
Créditos tributários e previdenciários.....	-	146	125	567
Outros créditos.....	17	-	100	100
Despesas antecipadas.....	1	-	25	467
Imobilizado.....	4	5	-	-
Intangível.....	3.111	683	3.111	683

Demonstração de resultados

	2013	2012
Receita bruta de serviços.....	4.030	671
(-) Deduções sobre receita de serviços.....	(351)	(119)
Receita líquida de serviços.....	3.679	752
Custos dos serviços prestados.....	(2.227)	(440)
Despesas administrativas.....	(134)	(7)
Resultado financeiro.....	69	30
Outros resultados operacionais.....	(8)	-
Resultado operacional.....	1.379	335
Imposto de renda.....	(310)	(62)
Contribuição social.....	(126)	(30)
Lucro líquido do exercício.....	943	243

(b) Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida descrita na Nota explicativa 22-f, um imóvel avaliado

17. Provisões técnicas

As movimentações das provisões técnicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram:

	2013		2012				
	Matemática para capitalização	Para resgate	Provisão Para sorteios a realizar	Para sorteios a pagar	Outras (PDA)	Total 2013	Total 2012
Saldo no início do exercício.....	175.418	219.978	667	42.884	27.382	466.329	430.836
Constituição.....	178.508	-	30.816	-	6.926	216.250	229.538
Reativação.....	-	1.899	-	31	1.930	971	773
Atualização monetária e juros.....	2.188	796	(226)	-	2.758	6.226	971
Pagamento de resgates e sorteios.....	(24)	(131.807)	-	(12.616)	(144.447)	(136.032)	(136.032)
Prescrições.....	-	(27.811)	-	(6.268)	(34.079)	(30.849)	(30.849)
Reversões.....	-	-	-	(16.650)	(13.925)	(30.575)	(34.361)
Transferências.....	(176.530)	176.530	(29.756)	29.756	-	-	-
Saldo no final do exercício.....	179.560	239.585	1.727	36.911	20.383	478.166	466.329

18. Provisões judiciais

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2013
PIS (a).....	8.457	-	(2.546)	200	6.111	-	-	-	-	-
COFINS (a).....	168.457	44.042	-	7.376	219.875	6.477	-	-	285	6.762
Imposto de renda (b).....	18.356	-	(18.902)	546	8.223	8.486	3.040	-	493	12.019
Contribuição social (c).....	4.735	3.015	(305)	473	3.467	405	384	(16)	-	773
Trabalhista (d).....	2.539	1.013	(305)	220	7.598	468	-	-	-	468
Cíveis (e).....	2.065	6.896	(1.228)	65	245.274	15.836	3.424	(16)	778	20.022
Total.....	204.609	54.766	(22.981)	8.880	245.274	15.836	3.424	(16)	778	20.022
Saldo em 01/01/2012.....	8.291	-	-	166	8.457	-	-	-	-	-
PIS (a).....	8.291	-	-	166	8.457	-	-	-	-	-
COFINS (a).....	153.899	7.058	-	7.500	168.457	6.142	-	-	335	6.477
Imposto de renda (b).....	17.766	-	-	590	18.356	-	-	-	-	-
Contribuição social (c).....	-	4.365	-	370	4.735	5.995	1.844	-	647	8.486
Trabalhista (d).....	767	2.021	(154)	(95)	2.539	261	177	(33)	-	405
Cíveis (e).....	2.749	118	(928)	126	2.065	88	380	-	-	468
Total.....	183.472	13.562	(1.082)	8.657	204.609	12.486	2.401	(33)	982	15.836

Valor provável do desembolso futuro de caixa

	2013	2012
Contingências Fiscais (*).....	234.209	200.005
Trabalhistas.....	3.467	2.539
Cíveis.....	7.598	2.065
Total.....	245.274	204.609

Classificação de risco das ações judiciais

	2013			2012		
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
Fiscais (*).....	-	234.209	-	-	200.005	-
Trabalhistas.....	3.467	56.542	-	60.009	2.539	46.470
Cíveis.....	7.598	12.497	10.265	30.360	2.065	23.647
Total.....	11.065	303.248	10.265	324.578	4.604	270.122

(*) As discussões judiciais de natureza fiscal são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito uma vez que são consideradas como obrigações fiscais.

a. PIS e COFINS

A Empresa discute a exigibilidade da contribuição para o PIS e COFINS nos termos das Emendas Constitucionais - EC nºs 01/94, 10/96, 17/97 e Lei 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e cuja solução encontra-se pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal. Ao julgar processos com causa de pedidos similares, decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas provenientes do faturamento, sendo inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas. Os valores não recolhidos a título de COFINS, acrescidos de atualização pela variação da taxa SELIC, no montante de R\$ 183.742 (R\$ 168.457 em 31 de dezembro de 2012) e a provisão para encargos legais de R\$ 36.133, estão sendo provisionados até o trânsito em julgado da sentença. A partir de junho de 2009, com fundamento na Lei nº 11.941, de 27/05/2009, art. 79, inc. XII, foi revogado o dispositivo que exigia as contribuições sobre receitas diversas do conceito de faturamento. Assim sendo, a partir de maio de 2009 a Empresa provisiona tão somente as contribuições incidentes sobre as receitas provenientes da atividade empresarial. A Empresa não efetua os recolhimentos mensais a título de COFINS, no entanto apura mensalmente os valores relativos ao tributo a fim de constituir provisão relativa ao exercício fiscal, a Empresa poderá se valer de diversas alternativas com o objetivo de viabilizar o pagamento ou garantia da execução da referida contingência fiscal, tais como oferecimento de fiança bancária, um percentual de sua receita futura e até a eventual possibilidade de sua controladora antecipar o pagamento de parte ou mesmo da totalidade de sua dívida cujo vencimento se dará em outubro de 2020 (Nota 22-f).

b. Imposto de renda

Refere-se à dedutibilidade da contribuição social na base do imposto de renda no período de maio de 2000 a fevereiro de 2007. A administração da Empresa reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a probabilidade de perda desta contingência, classificando-a como provável. Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 12.865 de 2013 com as alterações dadas pela Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, a administração da Empresa decidiu aderir ao referido programa de contribuição social (Nota 18-g).

c. Contribuição social
A Empresa discute a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramita na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Os valores decorrentes desta obrigação encontram-se depositados judicialmente.

d. Trabalhista

Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica "Provisões judiciais" classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

e. A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premissão. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

f. Imposto sobre serviços

O Município do Estado do Rio de Janeiro, alegando que o título de capitalização "Tele SENA" é uma loteria disfarçada, vem autuando a Empresa, em processo de reclamação do pagamento de ISS - Imposto sobre Serviços, nos períodos de novembro de 1991 a agosto de 1993, setembro de 1993 a fevereiro de 1998, março de 1998 a dezembro de 2001 e agosto de 2003 a julho de 2008, cujo valor

contribuição social no 4º trimestre de 2013 e constitui crédito tributário no valor de R\$ 4.534 mil. A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social é de 2 anos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Exercício	Prejuízo fiscal	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	%
2014.....	8.655	2.164	1.298	76,36%
2015.....	2.679	670	402	23,64%
Total.....	11.334	2.834	1.700	100%

9. Outros créditos

	2013	2012
Adiantamentos a funcionários.....	201	196
Adiantamentos a fornecedores.....	67	21
Outros adiantamentos.....	171	53
	439	270

10. Despesas antecipadas

	2013	2012
Prestação de serviços a apropriar.....	1.413	2.494
Outras.....	804	128
	2.217	2.620

11. Outros créditos operacionais

	2013	2012
Alienação de investimentos:		
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 22-e).....	11.012	17.086
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (Nota 22-g).....	698	662
Outros.....	3	2
(-) AVP - Ajuste a valor presente:		
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 22-e).....	(212)	(278)
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (Nota 22-g).....	(260)	(281)
Saldo bancários bloqueados por decisão judicial.....	-	36
	11.241	17.227

12. Outros valores e bens

	2013	2012
Alienação de investimentos:		
Banco Panamericano S.A. (Nota 22-f).....	301.362	350.768
(-) AVP - Ajuste a valor presente:		
Banco Panamericano S.A. (Nota 22-f).....	(60.305)	(103.554)
	241.057	247.214

	Lider Art's Comunicação Ltda. (a)		Hotel Jequitimar Ltda.		RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.		Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio (b)		Outros		2013	2012
Capital social												



GRUPO SILVIO SANTOS

liderança

capitalização s/a

CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Em 23 de outubro de 2013 a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida com dação de imóvel no montante de R\$ 68.030 (Nota 13). O saldo remanescente, de R\$ 298.039 com vencimento para liquidação em 23 de outubro de 2020 é atualizado pela variação do IGP/M - Índice Geral de Preços para Mercado, conforme aditivo contratual. Em função desta amortização a Administração da Empresa, procedeu à revisão do cálculo do Ajuste a Valor Presente utilizando as taxas de CDI e IGP/M projetadas a partir de outubro de 2013. Este registro reduziu o saldo da rubrica "Outros valores e bens" de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Valor do contas a receber (Nota 12).....	301.362	350.768
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 12).....	(60.305)	(103.554)
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	241.057	247.214

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 24.122 (R\$ 41.422 em 31 de dezembro de 2012).

g. Em 29 de dezembro de 2010, foi alienado à Silvio Santos Participações S.A. o total de 989 quotas sociais dos investimentos mantidos na Promolider Promotora de Vendas Ltda. pelo montante de R\$ 584 para pagamento em 27 de dezembro de 2022 atualizado pela variação do IGP/M - Índice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 281 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizado-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IPCA até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica "Outros créditos operacionais" de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Valor do contas a receber (Nota 11).....	698	662
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 11).....	(260)	(281)
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	438	381

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 104 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2012).

23. Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é copatrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de "Contribuição definida", e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do "salário de participação" definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 782 (R\$ 745 em 31 de dezembro de 2012).

24. Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

- Conselho de direção**, compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos.
- Comitê financeiro**, formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do grupo e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.
- Comitê de tecnologia da informação**, é o ente responsável pela atualização e manutenção das políticas de Tecnologia da Informação do grupo, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que esteja ou possa estar relacionada ao risco de fraude. Além das responsabilidades comuns a todos os funcionários, compete ainda aos profissionais em cargos de comando e/ou assessoria, dar conhecimento ao Código de Conduta Ética e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação a todos os funcionários e colaboradores sob sua responsabilidade. Respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o departamento de Recursos Humanos, que por sua vez, as direcionará ao Comitê Interno de Ética.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam se relacionar, acompanhar as operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente expostas, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais. Ao mesmo tempo, determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei 9.613/98. Operações suspeitas são comunicadas ao COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, conforme circular específica. Operações suspeitas são as que podem configurar indicio de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do site do COAF, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Considerando o produto Tele Sena de baixo valor unitário e que é distribuído de forma pulverizada em todo território nacional, não verificamos o risco de lavagem de dinheiro, porém a administração adota em resposta aos requerimentos da Circular SUSEP nº 249, a implantação e implementação do sistema de controles internos. O ambiente de controle, sua adequação e efetividade são avaliados pelos agentes de *compliance*, mediante a apreciação dos seus respectivos processos e atividades, resultando na avaliação e na adoção de planos para melhoria dos controles identificados com algum tipo de ineficiência, fragilidade e/ou inexistência.

Gestores e colaboradores devem se certificar da capacidade financeira e da origem dos recursos de seus clientes e parceiros comerciais, contribuindo assim para o combate à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos ou valores de origem ilícita.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indicio de Lavagem de Dinheiro, bem como Prevenção a Fraudes.

d. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica dos produtos é realizada pela própria empresa. Os trabalhos atuariais são realizados por uma empresa contratada para este fim. De acordo com a Circular SUSEP nº 272/04, o parecer do Atuarial informa que as provisões técnicas estão adequadamente constituídas, sendo os ativos garantidores superiores às necessidades requeridas.

O produto título de capitalização não demanda a modalidade de resseguro para sua operacionalização.

e. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários. A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta à diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos. As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

f. Riscos operacionais

A avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Controles Internos, ligada à Diretoria Administrativo-Financeira. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP

nº 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do Sistema de Auto Avaliação de Controles Internos e de Avaliação dos Riscos de Controles Internos (Gestão de *Compliance*).

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, com uma periodicidade mínima semestral, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Controles Internos da empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos. Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações, planos de contingência; f) processos de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

A Empresa está implementando o seu Plano de Continuidade de Negócios (contingência operacional) que é um documento onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a uma emergência, contém também informações detalhas sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais.

g. Risco de crédito

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo títulos emitidos pelo Governo Federal como Risco Soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre com parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

Títulos Privados, preferencialmente em Certificados de Depósitos Bancários, são aplicados, principalmente, com prazo inferior a 90 (noventa) dias, visando buscar o equilíbrio entre liquidez e minimizar o risco de crédito.

h. Risco de mercado

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das reservas matemáticas. Tal conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais.

Não atuamos diretamente no mercado de derivativos, e os eventualmente constantes na posição, são definidos pelos gestores de fundos exclusivos de investimento, com objetivo de trocar posições pré-fixadas para pós-fixadas, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa.

No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência de órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio*, seja direta ou indiretamente atrelado a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

Período	Carteira	CDI	% CDI	VAR Diário*
jan-13.....	0,5842%	0,5867%	99,57%	0,0019%
fev-13.....	0,4774%	0,4816%	99,12%	0,0014%
mar-13.....	0,5334%	0,5377%	99,20%	0,0010%
abr-13.....	0,5953%	0,6008%	99,07%	0,0006%
mai-13.....	0,5797%	0,5849%	99,12%	0,0008%
jun-13.....	0,5873%	0,5919%	99,21%	0,0017%
jul-13.....	0,7037%	0,7088%	99,29%	0,0026%
ago-13.....	0,6907%	0,6958%	99,27%	0,0031%
set-13.....	0,6962%	0,6991%	99,57%	0,0036%
out-13.....	0,7908%	0,8034%	98,44%	0,0038%
nov-13.....	0,7013%	0,7105%	98,71%	0,0034%
dez-13.....	0,7731%	0,7804%	99,07%	0,0036%

(*) VAR intervalo de confiança de 95% na média móvel de 252 dias úteis.

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superando do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do "pior" retorno dos períodos analisados.

Mapeamento de risco

Janelas	Mensal (21 du)	Trimestral (63 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)
VAR 95% de confiança.....	0,0000%	0,0019%	0,0036%	0,0059%
Stress histórico do período.....	0,0016%	0,0023%	0,0038%	0,0089%
VAR pela % mínima real.....	0,0007%	0,0027%	0,0032%	0,0032%
Fechamento pela VAR.....	95,43%	95,07%	94,85%	94,50%
Fechamento stress histórico.....	95,24%	95,03%	94,82%	94,19%
Fechamento pela mínima.....	95,36%	94,99%	94,91%	94,89%
VAR em R\$.....	252	11.185	20.721	33.983
Máxima do período.....	99,37%	101,55%	106,69%	106,69%
Mediana.....	99,12%	98,96%	99,37%	99,29%
Média.....	99,07%	96,74%	99,06%	99,14%

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 94,2% a 95,4% do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice. Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfólio*.

i. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das reservas técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

Vencimentos	Liquidez "Duration" 0 dias	Vencimento "Duration" 0 dias	% Critério liquidez	% Critério vencimento
Sem vencimento.....	554.541	554.541	95,48%	95,48%
De 1 a 30 dias.....	26.242	26.242	4,52%	4,52%
De 31 a 60 dias.....	-	15.563	0,00%	3,25%
De 61 a 90 dias.....	-	14.929	0,00%	3,02%
De 91 a 180 dias.....	-	54.374	0,00%	11,37%
De 181 a 365 dias.....	-	100.486	0,00%	21,01%
De 366 a 720 dias.....	-	-	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias.....	-	-	0,00%	0,00%
Total	580.783	580.783	100,00%	100,00%

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 0 dias (0,27 ponderado), com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com reserva matemática com *duration* de 80 dias.

Liquidez da carteira

Vencimentos	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva
Sem vencimento.....	554.541	278.225	95,48%	58,20%
De 1 a 30 dias.....	26.242	15.563	4,52%	3,25%
De 31 a 60 dias.....	-	14.589	0,00%	3,02%
De 61 a 90 dias.....	-	14.929	0,00%	3,15%
De 91 a 180 dias.....	-	54.374	0,00%	11,37%
De 181 a 365 dias.....	-	100.486	0,00%	21,01%
De 366 a 720 dias.....	-	-	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias.....	-	-	0,00%	0,00%
Total	580.783	478.166	100,00%	100,00%

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da reserva matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e segundo a legislação em vigor.

A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais, e pequena parcela em CDB's em banco federal.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco, consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

O *rating* dos títulos "Renda fixa privado" é composto exclusivamente por CDB's da Caixa Econômica Federal, que estão vinculados aos *rating* soberanos, pois as agências classificadoras de risco esperam suporte do governo federal em caso de necessidade.

Ativo financeiro	Valor	Rating
Renda fixa público.....	554.541	AAA
Renda fixa privado.....	26.242	AAA
Total	580.783	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento definido	Vencidos		A vencer		Total
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa....	105	-	-	-	-	105
Aplicações.....	47.982	-	-	532.801	-	580.783
Créditos das operações						
de capitalização.....	-	243	-	47.168	-	47.411
Títulos e créditos a receber.....	-	48	-	6.877	-	6.925
Créditos tributários e previdenciários	127.499	-	-	-	-	127.499
Depósitos judiciais e fiscais.....	20.022	-	-	-	-	20.022
Outros créditos.....	-	-	41	398	-	439
Outros créditos operacionais.....	3	-	-	-	11.238	11.241
Despesas antecipadas.....	-	-	-	2.217	-	2.217
Outros valores e bens.....	-	-	-	-	-	241.057
Total dos ativos financeiros	195.611	291	41	589.461	252.295	1.037.699
Passivos financeiros						
Contas a pagar						
Obrigações a pagar.....	-	-	-	11.169	-	11.169
Impostos e encargos sociais a recolher.....	-	-	-	3.135	-	3.135
Encargos trabalhistas.....	-	-	-	1.632	-	1.632
Impostos e contribuições.....	-	-	-	46	-	46
Outras contas a pagar.....	-	-	6	70	-	76
Tributos diferidos.....	1.374	-	-	-	-	1.374
Débitos com operações de capitalização	-	-	-	7.247	-	7.247
Depósitos de terceiros.....	1	-	-	-	-	1
Provisões técnicas.....	20.383	10.328	266.169	181.286	-	478.166
Provisões judiciais.....	245.274	-	-	-	-	245.274
Débitos diversos.....	3.897	-	-	5.202	55.838	64.937
Total dos passivos financeiros	270.929	10.328	266.175	209.787	55.838	813.057

Risco operacional

A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem que o risco de desengajamento das posições aplicadas seja o mínimo possível.

Tais ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos.

k. Risco legal

Decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas aquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa. O monitoramento destes riscos fica a cargo do Departamento Jurídico em conjunto com assessores externos.

l. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

O patrimônio líquido ajustado (PLA) é calculado de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CNSP nº 222